

## **MICROCRÉDITO NO COREDE-CENTRO,RS: O CASO DOS FUNDOS MUNICIPAIS DE CRÉDITO RURAL**

Elvio Izaias da Silva<sup>1</sup>  
Vivien Diesel<sup>2</sup>  
Paulo Roberto Cardoso da Silveira<sup>3</sup>

### **RESUMO:**

O acesso ao crédito à agricultores familiares descapitalizados esbarra nas limitações do sistema financeiro tradicional. Neste contexto, tanto organizações públicas quanto privadas tem buscado formas inovadoras de propiciar acesso a crédito ao público que não é atendido pelo sistema financeiro tradicional. O presente trabalho de pesquisa objetivou caracterizar o papel, estrutura e trajetória dos Fundos Municipais de Crédito Rural (FMCR) nos municípios da região de abrangência do COREDE-Centro,RS. Os resultados mostraram que os FMCR foram criados em 31 dos 35 municípios do COREDE-Centro/RS, principalmente depois de 1995. Quanto ao papel evidenciou-se que as preocupações com a modernização tecnológica das pequenas propriedades rurais e a diversificação da produção foram as principais estratégias pensadas para melhorar as condições de vida dos agricultores. Quanto a estrutura, verificou-se que, onde os FMCR estão ativos, os municípios estabeleceram uma forma organizacional específica, adaptada à sua realidade. Quanto a trajetória e desempenho, verificou-se que nos FMCR ativos, a maioria dos municípios (17) financiou um volume inferior a R\$50.000,00, 4 municípios um volume entre R\$ 50 – 100.000,00 e 1 município, financiou um volume superior a R\$100.000,00.

**PALAVRAS- CHAVE :** Agricultura Familiar, Crédito Rural, Fundos Municipais de Crédito

### **INTRODUÇÃO**

A disponibilidade de recursos para custeio e investimento é um dos principais condicionantes da produção agropecuária nos moldes da agricultura vigente.

O reconhecimento de que o crédito agrícola constitui um importante instrumento de desenvolvimento rural levou a que o crédito fosse utilizado como instrumento de modernização da agricultura durante toda a década de setenta no Brasil. Estudos posteriores evidenciaram a má distribuição de recursos entre os tipos/tamanhos de agricultores durante o período de modernização da agricultura (FÜRSTENAU, 1988). Assim, há uma longa tradição de provimento de crédito rural subsidiado através de instituições públicas e, de modo geral, constata-se que os agricultores familiares e os pobres rurais tem sido pouco favorecidos por estas iniciativas.<sup>4</sup>

<sup>1</sup> Bolsista PIBIC CNPq, elviois@mail.ufsm.br

<sup>2</sup> Orientadora – Profª Drª DEAER UFSM, vivien@ccr.ufsm.br

<sup>3</sup> Profº Msc DEAER UFSM

<sup>4</sup> 4 A maior parte dos recursos foi apropriada pelos grandes produtores de produtos para exportação, localizados nas regiões mais desenvolvidas do país (FÜRSTENAU, 1988). Os que mais necessitariam do apoio da política pública foram praticamente excluídos dos elevados benefícios e transferências concedidas pelo crédito rural. O sistema de crédito rural oficial tradicionalmente não atende à demanda dos pequenos agricultores, porque o sistema bancário não tem interesse nos que movimentam pouco dinheiro ou desejam fazer pequenos empréstimos, alegando que tais operações são onerosas (LANNOY, 1999). Para Toneto Jr. E Gremaud (2001) as dificuldades associadas ao crédito rural, em especial dos pequenos agricultores, decorrem das próprias características de funcionamento do sistema financeiro agravadas por especificidades do meio rural e de suas

As restrições no acesso à crédito levaram a que os movimentos sociais e as entidades representativas dos agricultores, sobretudo os mais pobres, passassem a reivindicá-lo a partir de meados da década de oitenta. Observa-se que a absorção das demandas destes agricultores ocorreu no contexto de um processo mais amplo de “reestruturação” do Estado e deu origem a um conjunto diverso de iniciativas. Inicialmente, na segunda metade da década de oitenta até meados dos anos noventa “apostou-se” no potencial da descentralização político-administrativa atribuindo novas funções aos municípios, inclusive nos assuntos relativos ao crédito rural.<sup>5</sup>

Na década de noventa observaram-se tendências contraditórias: por um lado incentivou-se a privatização, justificada com base no pressuposto de que a ação do Estado é ineficiente e na necessidade de “enxugar” o Estado. Por outro lado, o Governo Federal elaborou políticas de intervenção orientadas a públicos específicos. No referente à política de crédito, reconheceu-se a necessidade de diferenciar as políticas conforme o público-alvo, o que deu origem à programas de crédito orientados à públicos específicos como o Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar (PRONAF). Assim, as iniciativas de provimento de acesso a crédito à agricultores familiares tem assumido formas diversas:

- programas federais orientados a públicos específicos (ex. PRONAF);
- iniciativas do poder público local
- programas de microcrédito gerenciados por ongs

Com intuito de atender os setores mais empobrecidos do meio rural, em 1995 é criado pelo governo federal o PRONAF. Conforme avaliações de diversos autores, embora esse programa seja considerado o mais importante programa de apoio a agricultura familiar, ele ainda apresenta dificuldades e vícios herdados de programas anteriores. O montante de recursos ainda é pequeno e a parcela mais descapitalizada da agricultura familiar tem ficado de fora do programa, uma vez que tem sido privilegiadas as parcelas de agricultores mais ligadas ao mercado e que estão integradas a agroindústrias (MATTEI, 2001).

Entre as alternativas que tem sido percebidas como mais promissoras incluem-se os programas de microcrédito gerenciados por Organizações não Governamentais (ONGs). Tal ênfase a atuação de ONGs pode estar fundamentada numa percepção discriminatória com relação as possibilidades de programas gestionados por organizações públicas.

Entre os programas gestionados por organizações públicas que apresentam perspectivas promissoras, incluem-se os Fundos Municipais de Crédito Rural (FMCs), criados a partir de meados da década de oitenta. A criação de Fundos Municipais de Crédito está associada as iniciativas em prol da descentralização político-administrativa implementadas pelos governos federal e estadual a partir de meados dos anos oitenta. De modo geral, os Fundos Municipais de Crédito Rural (FMCs) foram concebidos como instituições que buscavam potencializar a proximidade do público-alvo e suas demandas. A flexibilidade permitida pela gestão a partir de Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural potencializaria esta capacidade de adaptação. Por outro lado, as restrições de flexibilidade dadas pela burocracia estatal tenderiam a tornar os FMCs instituições pouco

---

atividades econômicas. Yaron (2002) coloca que os problemas de acesso ao sistema financeiro são particularmente severos nas áreas rurais. As altas taxas de pobreza, concentrações populacionais baixas, mercados fragmentados, riscos, oportunidades limitadas para a diversificação, agudas variações estacionais, a falta de garantias reais, são fatores que dificultam o acesso ao crédito.

<sup>5</sup> Embora os processos de municipalização tenham ganhado força e começaram de fato a serem implementados no Brasil a partir da Constituição de 1988, desde os anos 70, em todo o mundo, vem crescendo e se constituindo propostas de descentralização do Estado. Principalmente a partir de reformas adotadas pelos governos sociais democratas na França, Itália e Espanha. Na América Latina, o debate sobre municipalização como uma forma de descentralização do poder central do Estado esteve muito ligado ao debate da democratização, uma vez que neste período caminhava-se para o fim das ditaduras militares (Melo, 1996 apud DESER, 1997)

eficientes. Embora um número significativo de municípios tenha criado estes FMCR, existem poucos estudos sobre eles justificando-se a realização de uma pesquisa orientada à sua caracterização e avaliação de potencialidades e limites.

A presente pesquisa procura caracterizar a diversidade de papéis, formas organizacionais e trajetórias assumidos pelos FMCR nos municípios da região do COREDE-Centro,RS.

## METODOLOGIA

A pesquisa foi desenvolvida em fases consecutivas:

- Levantamento do histórico de criação, órgão gestor e trajetória dos Fundos Municipais na totalidade dos municípios da região do COREDE-Centro,RS<sup>6</sup> mediante aplicação de questionário à informantes qualificados em cada município;
- Sistematização dos resultados obtidos na primeira fase e seleção de municípios representativos; e
- Caracterização do papel e forma organizacional do Fundo Municipal de Crédito Rural em um grupo selecionado de municípios. As informações foram coletadas mediante entrevista semi-estruturada, estudo de atas e documentos legais.

Para que se pudesse obter dados de todos os municípios do COREDE-Centro,RS, houve necessidade de, na primeira fase, recorrer a diferentes meios para aplicação do instrumento utilizado para obtenção dos dados. A diferenciação do meio utilizado para coleta de dados em cada município é apresentada no Quadro 1.

Quadro 1: Meios utilizados para coleta de dados nos municípios do COREDE- Centro, RS

Meio	Município
Levantamento - resposta pelos Correios - até 01/07/03	São Pedro do Sul, Quevedos, São João do Polêsine, Pinhal Grande e Nova Esperança do Sul
Levantamento – Reunião Amcentro 16/07/03	Faxinal do Soturno, Dona Francisca, Cerro Branco, Paraíso do Sul, Ivorá e Agudo
Levantamento por consulta Telefônica	Cacequi, Cachoeira do Sul*, Capão do Cipó, Dilermando de Aguiar, Formigueiro, Itaara, Jaguari, Jari*, Julio de Castilhos, Mata, Nova Palma, Novo Cabrais, Restinga Seca, Santa Maria, Santiago, São Francisco de Assis, São Martinho da Serra, São Sepé, São Vicente do Sul, Silveira Martins, Toropi, Tupanciretã, Unistalda e Vila Nova do Sul

\* após conversa telefônica, o questionário foi enviado via fax.

<sup>6</sup> A região do COREDE-Centro,RS tem características relativamente distintas quanto ao ambiente físico, social e econômico. Conforme Neuman (2003) os dados disponíveis sobre a região que corresponde ao COREDE-Centro,RS são bastante escassos. Sua área é de 32.752,53 Km<sup>2</sup>, o que representa 11,61 da área total do Estado do RS. Sua população, segundo levantamento do Censo 1991/1992 é de 602.652 habitantes, representando 6,6 do total de habitantes do estado do RS. A sua economia é baseada, sobretudo, na agropecuária, no varejo e no beneficiamento dos grãos, sendo que a participação no Valor Adicionado Estadual (VAE) está na faixa de 3,55%. Como característica cultural, associada à ocupação do espaço, destaca-se a presença da imigração italiana e alemã, localizada na região da Serra, e nas áreas oriundas das antigas estâncias, situadas na região de Campo, a presença da chamada "cultura do latifúndio".

Os resultados obtidos na primeira fase foram sistematizados distinguindo-se grupos de municípios em situações homogêneas quanto a trajetória, desempenho e órgão gestor (ANEXO 1). Dentre os grupos identificados a seleção da amostra restringiu-se aqueles que apresentavam-se como ativos ou desativados. Tanto o grupo considerado como ativo quanto o desativado foi diferenciado internamente conforme órgão gestor e desempenho, criando-se subgrupos.<sup>7</sup> O desempenho foi caracterizado pelo volume de recursos emprestados no ano de 2002, conforme declarações recolhidas nos questionários.

Para eleição dos municípios a amostrar adotou-se como critério buscar uma representatividade proporcional de cada subgrupo. A escolha dos municípios dentro de um mesmo subgrupo tomou como critério a diversidade sócio-econômica, segundo caracterização sócio-econômica feita por Neuman(2003)<sup>8</sup> buscando cobrir a maior diversidade possível. Com base nestes procedimentos, os municípios selecionados para estudo foram: Ivorá, Formigueiro, Julio de Castilhos, Nova Palma, Quevedos, Restinga Seca, Santa Maria, São Pedro do Sul, Toropi e Unistalda.

A caracterização da diversidade de papéis e formas organizacionais assumidos pelos FMCR na região do COREDE-Centro,RS foi feita a partir de dados coletados em entrevistas semi-estruturadas a informantes qualificados, estudo de atas e documentos legais de um conjunto de 10 municípios da região. As entrevistas foram gravadas e transcritas e, a partir delas e da análise dos documentos referentes a legislação, caracterizou-se o papel atribuído aos FMCR. A caracterização do papel do Fundo Municipal envolveu a descrição da percepção dos gestores sobre sua finalidade e a estratégia considerada como a mais indicada para alcançá-la. As formas organizacionais foram identificadas, basicamente, a partir do exame dos documentos legais.

## RESULTADOS

Fundos Municipais de Crédito Rural foram criados em 31 dos 35 municípios do COREDE-Centro,RS. Conforme evidencia a Figura 1, os FMCR do COREDE-Centro,RS foram criados a partir de meados da década de 1980 sendo que a maioria (23) foram criados depois de 1995.

<sup>7</sup> As categorias utilizadas podem ser visualizadas no ANEXO 1

<sup>8</sup> Os dados referentes ao zoneamento agroecológico e biogeofísico são muito diversificados de modo que a sobreposição dos mapas temáticos existentes (solos, relevo, vegetação) levou Neuman (2003) a diferenciar três zonas de paisagem agrícola na região do COREDE-Centro,RS. A Zona I (região ao Norte) é a região de Planalto, onde há predomínio de médias e grandes propriedades, que desenvolvem uma agricultura modernizada, com destaque para a cultura da soja e do milho, mescladas com a pecuária de corte. A Microrregião da Serra forma a Zona II (região central), colonizada pela imigração italiana e alemã, caracteriza-se como de agricultura familiar de pequeno porte. Como 40% das propriedades têm menos de 20 hectares, a agricultura é bastante diversificada, predominando os sistemas de produção com base no leite, no fumo, na batata inglesa e no milho. A região plana, localizada na Depressão Central do Estado, forma a Zona III (região ao Sul), tradicional região de Campo. Nesta zona, coexistem uma agricultura modernizada, com destaque para a cultura do arroz, e um número expressivo de latifúndios com pecuária extensiva.

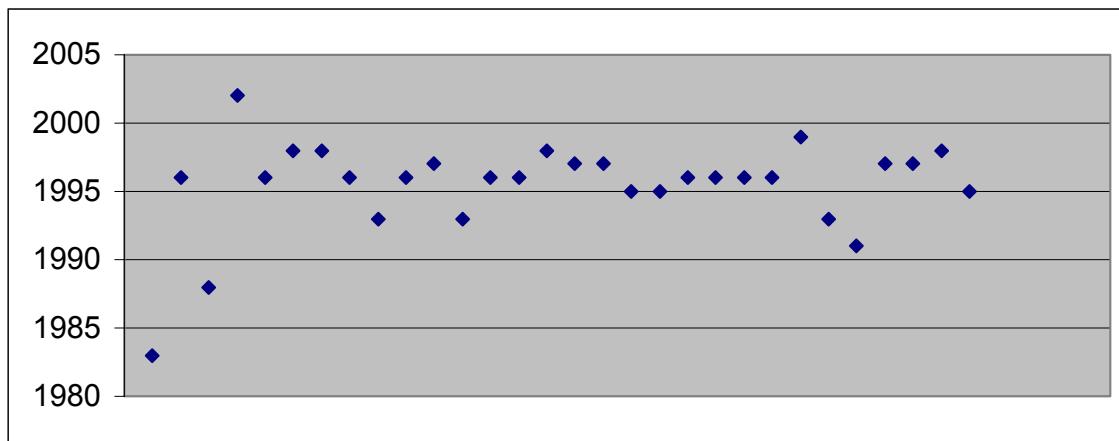


Figura 1 – Época de criação dos Fundos Municipais de Crédito Rural

No exame do papel atribuído aos FMCR evidencia-se, inicialmente, que este foi concebido como um instrumento que deve auxiliar na resolução dos “problemas do meio rural” do município e, por isso, assume uma diversidade potencial de papéis. Por outro lado, a análise dos documentos e entrevistas evidenciou uma preocupação predominante com a modernização tecnológica das pequenas propriedades rurais.

Considerando-se os diagnósticos e estratégias privilegiadas, distinguem-se as seguintes perspectivas sobre o papel do FMCR:

- o FMCR como instrumento para melhoria do nível tecnológico;
- o FMCR como instrumento da promoção da diversificação da produção;
- o FMCR como instrumento da promoção de melhoria na infra-estrutura comunitária;
- o FMCR como instrumento na melhoria da condição de vida e trabalho;
- o FMCR como instrumento de recuperação e conservação ambiental.

#### . *O FMCR como instrumento para melhoria do nível tecnológico*

Constatou-se na análise de documentos e entrevistas que 9 dos 10 casos estudados demonstraram uma preocupação com a elevação dos índices de produção e produtividade das pequenas propriedades rurais do município, e, para melhorar esses índices, consideram que deveriam ser feitos investimentos em tecnologia.

A maioria dos municípios privilegia o financiamento exclusivamente a investimentos (não financia custeio).<sup>9</sup>

Nos casos dos municípios que utilizam apenas recursos próprios e onde apenas investimentos seriam financiados, verificou-se diferenças quanto a forma de financiamento: para agricultores de forma individual (Restinga Seca, Santa Maria e Ivorá), em grupo (Nova Palma e São Pedro do Sul) e investimentos públicos, como no caso de Quevedos, onde os recursos do Fundo são utilizados para aquisição de máquinas e equipamentos para a Patrulha Agrícola Municipal.

Nos casos onde foram firmadas parcerias do Fundo com outros programas, os financiamentos de investimentos seriam feitos pelo FMCR e o custeio seria financiado em convênio (RS Rural em Toropi e Unistalda), onde o Fundo entra com a contrapartida exigida pelo programa.

<sup>9</sup> Apenas um caso de financiamento de investimento e custeio foi encontrado, no Fundo de Julio de Castilhos.

#### *. O FMCR como instrumento da promoção da diversificação da produção*

Em 6 dos 10 casos estudados observou-se uma preocupação de tornar o FMCR um instrumento de fomento a diversificação da produção.

O apoio dado pelo poder público ao processo de diversificação varia, podendo restringir-se ao apoio financeiro ou incluir outras facilidades, com a criação de programas específicos, contando assim com assistência técnica, etc.

Quando o município ou a região tem um programa específico, os FMCR fazem parte de uma política pública, que, geralmente, conta com apoio das prefeituras e de outros órgãos. Neste sentido, destacam-se os programas de Fruticultura em Ivorá e os programas de Bacia Leiteira, Plasticultura, Reflorestamento, Piscicultura, Fruticultura, Apicultura e Agroindústria em São Pedro do Sul.

Como municípios que restrigem-se ao apoio financeiro à diversificação, incluem-se os municípios de Restinga Seca, Quevedos, Júlio de Castilhos e Toropi.

#### *. O FMCR como instrumento da promoção de melhoria na infra-estrutura comunitária*

Em 5 dos 10 casos estudados observou-se a preocupação com a necessidade de viabilizar financiamento à melhorias na infra-estrutura comunitária. Redes de Energia Elétrica foram os itens mais financiados (São Pedro, Unistalda, Restinga Seca e Toropi),

#### *.O FMCR como instrumento na melhoria da condição de vida e trabalho dos agricultores*

Em 2 dos 10 municípios estudados verificou-se a que os gestores do FMCR internalizaram a preocupação pela melhoria das condições de trabalho dos agricultores, buscando formas de que o FMCR contribuisse para tal propósito.

#### *.O FMCR como instrumento de recuperação e conservação ambiental*

Em 1 município dos 10 estudados, consta na legislação como papel pensado para o Fundo o de apoio a conservação do meio ambiente. No estudo das atas e relatórios do FMCR, verificou-se que este item não foi operacionalizado.

As formas organizacionais adotadas para viabilizar a concessão de crédito não foram as mesmas nos diferentes municípios.

Quanto à fonte de recursos do FMCR, mesmo as leis apresentando várias possibilidades, apenas duas situações foram observadas: os casos onde o FMCR mantém-se apenas com recursos municipais, e casos onde, além dos recursos municipais, o FMCR firmou parcerias com outros Programas.

Em todos os casos o FMCR é administrado pela Secretaria Municipal da Agricultura, que fica responsável pelo controle dos processos.

No que se refere ao público beneficiário, foram encontradas quatro diferentes formas: agricultores individualmente, agricultores organizados em grupos, agricultores organizados em suas Associações Comunitárias e um caso, onde os recursos do FMCR são acessados pelo município, beneficiando, teoricamente, toda a população rural do município.

A formalização das solicitações de empréstimo junto ao FMCR são feitas mediante elaboração de projeto técnico.<sup>10</sup> Em alguns casos é previsto que esses projetos sejam elaborados pela Emater municipal, e, em outros esse projeto é feito pela Secretaria Municipal da Agricultura. Esses projetos são enviados ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR), que é quem avalia as solicitações, dando seu parecer.

---

<sup>10</sup> Na maioria dos casos no projeto devem constar, também, informações sobre a viabilidade econômica do empreendimento.

No que se refere ao repasse de recursos, esse se dá ou através de uma instituição de crédito oficial com agência no município (Banco) ou através da Secretaria Municipal da Fazenda, que é também responsável pela cobrança e recebimento dos recursos emprestados.

As vistorias das aplicações dos recursos são feitas pela Emater, pela Secretaria da Agricultura ou ainda pela cooperativa que recebe os recursos do FMCR (casos de custeio).

As formas organizacionais podem ser melhor observadas na Figura 2.

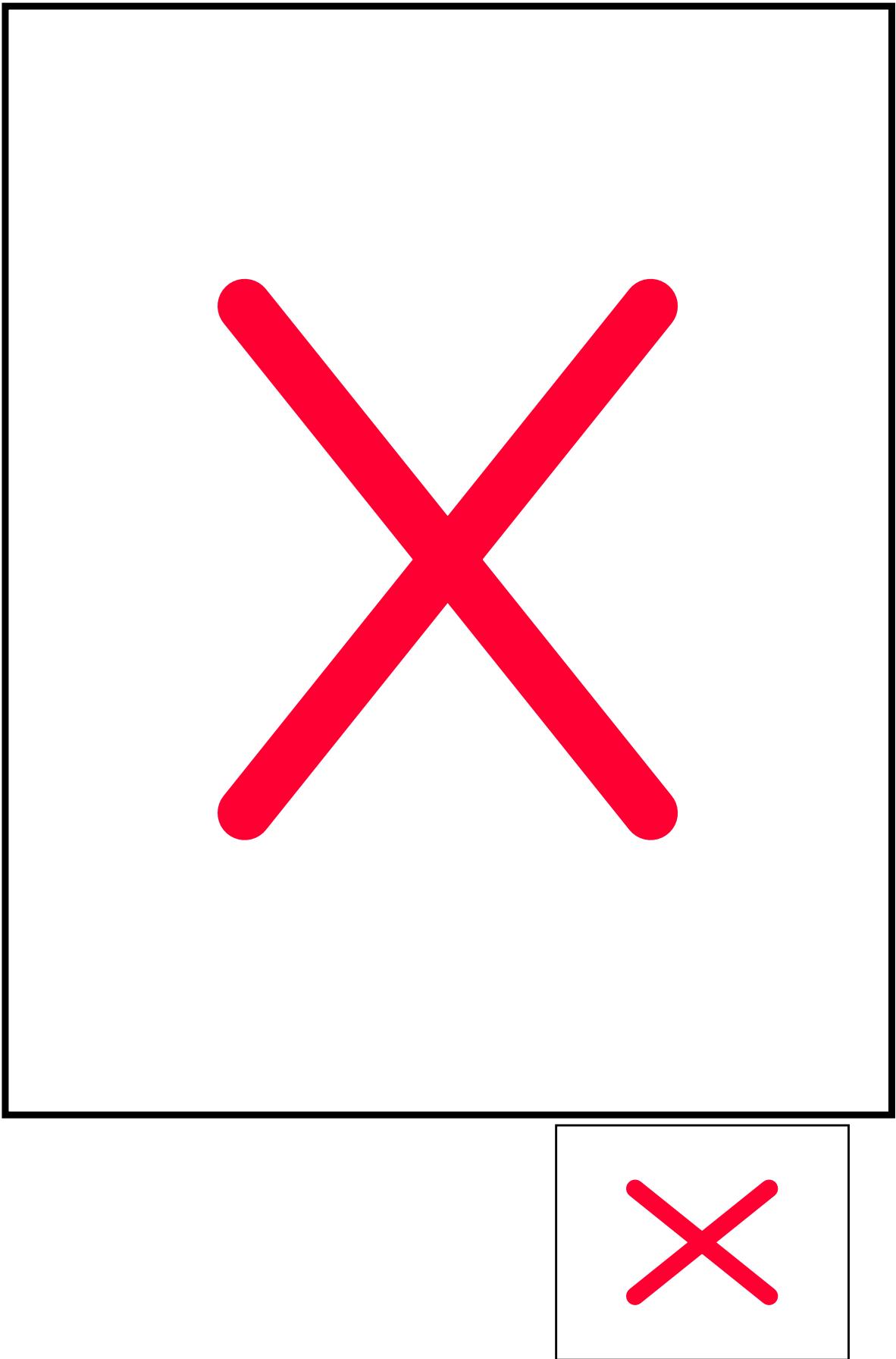


Figura 2: Formas organizacionais dos FMCR nos diferentes municípios do COREDE-Centro, RS



Dentre os municípios que criaram o FMCR, a maioria o mantém ativo (22), embora seja significativo o número de municípios que o desativaram (7). Em dois casos, os municípios nunca ativaram o FMCR criado por lei.

No referente ao desempenho, observou-se significativa variação entre volumes financiados pelos municípios. Deste modo, tomando-se por base o volume de recursos financiados em 2002 pelos FMCR que estão ativos, foi possível distinguir três categorias:

- municípios que financiaram volume de recursos menor que R\$ 50.000,00;
- municípios que financiaram volume de recursos entre R\$ 50 – 100.000,00; e
- municípios que financiaram volume de recursos maior que R\$ 100.000,00.

Com base nos dados coletados na pesquisa, pode-se identificar as especificidades de trajetória e desempenho dos FMCR, como mostra a Figura 3.

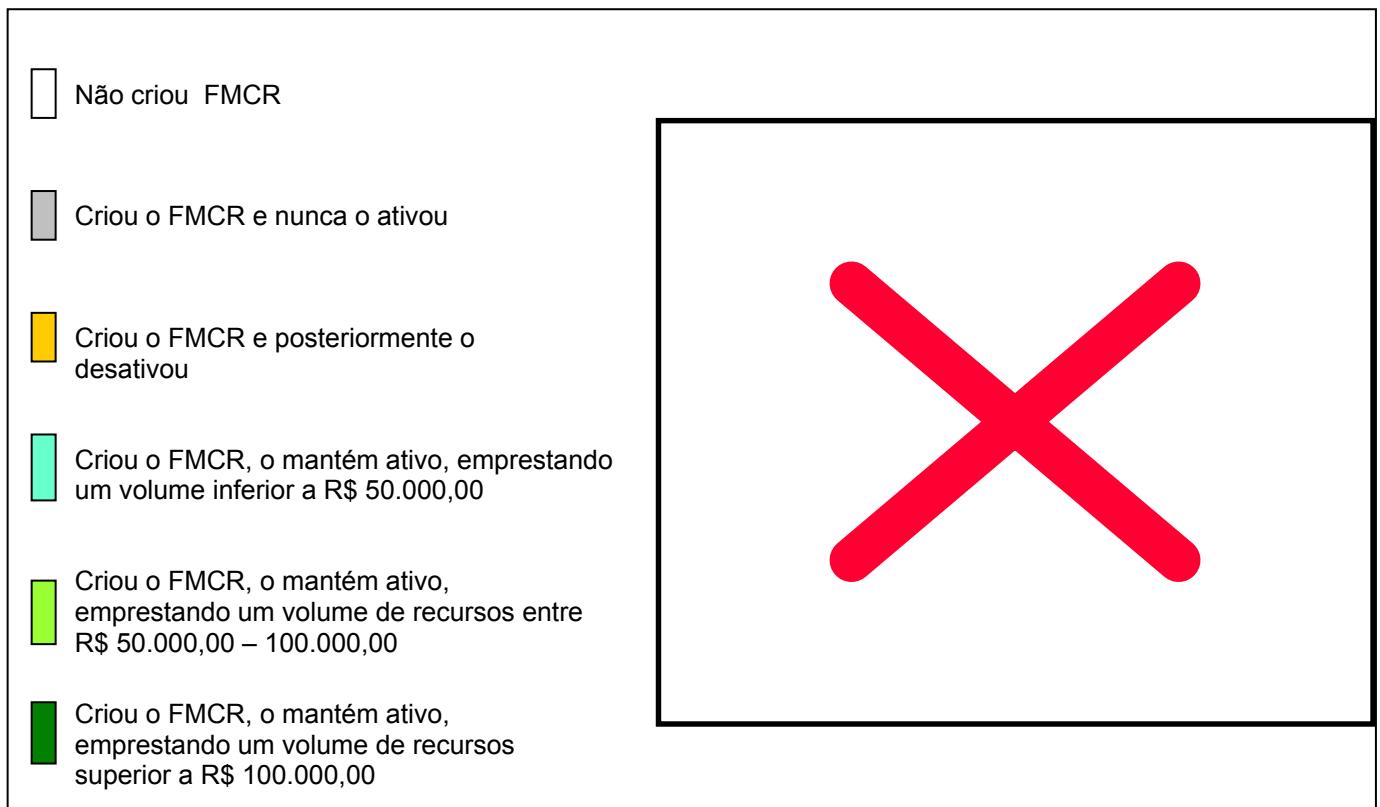


Figura 3 : Trajetória e desempenho dos FMCR nos municípios do COREDE-Centro,RS

Observa-se na Figura 3 a grande diversidade de situações encontradas nos municípios da região do COREDE-Centro,RS no que diz respeito aos FMCR. A maioria dos municípios mantém um FMCR em atividade, porém emprestando um montante de recursos menor que R\$ 50.000,00. Observa-se que a maioria dos municípios (17) financiaram um volume inferior a R\$50.000,00, 4 municípios um volume entre R\$ 50 – 100.000,00 e 1 município, financiou um volume superior a R\$100.000,00.

## DISCUSSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os FMCR foram criados na maioria dos municípios da região do COREDE-Centro,RS ao longo das duas últimas décadas, concentrando-se no período posterior a 1995, consideram os pequenos produtores rurais como público prioritário e tendem a conferir um papel importante ao Conselho Municipal de Crédito Rural na gestão do FMCR.

Entende-se que estes fatos podem ser explicados considerando-se o esforço em prol da municipalização da agricultura promovido pelo Governo Federal e, especialmente, pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Para motivar o processo de municipalização o Governo do Estado do Rio Grande do Sul condicionou a concessão de recursos aos municípios à existência de uma Secretaria da Agricultura, um Conselho de Desenvolvimento Rural, um Plano de Desenvolvimento Agropecuário e FMCR. As evidências apontam que, para orientar a criação e funcionamento destes diferentes instrumentos de política pública, o governo Estadual publicou, em 1996, um documento de referência (SAA/ RS, 1996).

Tomando-se como referência o documento da SAA/RS observa-se que os municípios tendencialmente seguiram as orientações gerais propostas mas, também, fizeram adaptações para viabilizá-lo e/ou adequá-lo. Deste modo, descarta-se interpretação de origem exclusivamente endógena para os FMCR estudado devido a forte influência das instâncias superiores, no caso o governo estadual, na elaboração de políticas locais para o setor.

Mesmo com algumas diferenças, o discurso sobre o papel do Fundo mostra uma visão predominantemente baseada na modernização tecnológica da agricultura como estratégia para o desenvolvimento rural, fugindo muito pouco do modelo de referência da SAA/RS (1996) e das políticas de crédito tradicionais. Uma das principais diferenças está na inclusão dos itens como apoio à “diversificação da produção” e “melhoria da infra-estrutura comunitária”, que parecem traduzir demandas locais.

Quanto às formas organizacionais, as informações disponíveis sobre os Fundos Municipais de Crédito Rural mostraram que, onde eles estão ativos, os municípios estabeleceram arranjos organizacionais específicos, adaptados à sua realidade. Mesmo sendo os documentos legais do Fundo (Leis, Regimentos) muito semelhantes, às vezes até iguais, ao modelo proposto pela SAA (1996), na prática os municípios fizeram adaptações e modificações, que, talvez, podem explicar diferenças no desempenho observados entre eles.

A análise da trajetória, por sua vez, aponta que a receptividade para a política de descentralização do crédito foi diferenciada. Embora a maioria dos municípios que criaram o FMCR o mantenha ativo (70,9%), alguns o desativaram (22,68%), e outros o criaram, porém nunca o ativaram (6,5%). Observa-se também que enquanto alguns municípios aumentam os volumes emprestados, outros vem desativando seus FMCR. Tende-se a interpretar que ocorrem trajetórias diferenciadas e estas estão provavelmente relacionadas a disponibilidade de recursos municipais mas, também, com a mobilização do CMDR – que tem desempenho muito variável nos municípios (MATTEI, 2001).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- DESER Agricultura Familiar e Desenvolvimento Local Revista do Departamento Sindical de Estudos Rurais. Curitiba, maio 1997
- FÜRSTENAU, Vivian. **O Crédito Rural e seus Efeitos sobre a Agricultura Gaúcha** 1965-84. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 1988.
- LANNOY, Christophe de. Crédito para a agricultura familiar: o Sistema Cresol e as Novas cooperativas no Sul do Brasil In: SPERRY, S. (Org.) **Organização dos Produtores**. Brasília: Embrapa comunicação para transferência de tecnologia, 1999. p.129-144
- MATTEI, Lauro. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf): Abrangência e Limites observados. IV Encontro da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção. *Anais...* Belém, PA : SBSP, 2001. 1 CD
- NEUMAN, P. S. **O impacto da fragmentação e do formato das terras nos sistemas familiares de produção**. Florianópolis: UFSC, 2003. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia da Produção.
- NITSCH, Manfred; SANTOS, Carlos A. Da repressão financeira ao microcrédito *Revista de Economia Política*, v.21, n.4 (84), p.172-183, out./dez. 2001
- SAA/RS **Municipalização da Agricultura**, Marco referencial. Porto Alegre, SAA, 1996. 67p.
- SPOLODOR, H.F.S.; MELO, F.H O mercado de crédito e a experiência brasileira de financiamento da agricultura. *Revista de Economia e Sociologia Rural* SOBER, vol. 41, Nº 3, jul/set 2003
- TONETO JR. Rudinei; GREMAUD, Amaury Patrick. Microcrédito e o financiamento Rural: Mecanismos e gestão. In: Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, XXXIX, Recife, 2001. *Anais...* Brasília: Sober, 2001. 1 CD
- YARON, Jacob. **Financiamiento rural:** El papel del Estado y la gestión de riesgo en precio y rendimiento. Conferênciia ALIDE-Banco Mundial, Lima Peru, Julho de 2002



ANEXO 1 : Caracterização dos FMCR nos municípios do COREDE- Centro, RS

